



AS JORNADAS DE JUNHO E UM GRITO POR MAIS PARTICIPAÇÃO

A partir de junho de 2013, a “opinião pública” e a mídia corporativa foram obrigadas a dar destaque às mobilizações sociais. As manchetes dos jornais e revistas passaram a cobrir passeatas e protestos, ouvir os movimentos sociais e trazer suas reivindicações à tona.

As manifestações foram uma autêntica demonstração de força popular, envolveram uma enorme parcela de nossa sociedade e trouxeram uma sensação mais nítida de que fazemos e podemos fazer, cada vez mais, parte daqueles que definem os rumos de nossa sociedade. Um sentimento de pertença tomou corpo coletivo.

Ao mesmo tempo, a pertença trouxe uma sensação de descrédito. **Descrédito para quem diz que representa o povo e para a democracia “mumificada” que vivemos.** O óbvio surgiu em meio à névoa que o escondia. E não por acaso, o símbolo da democracia representativa, o corroído Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas, foi com outros órgãos estatais questionado com um: #nãoerepresenta. **O questionamento não foi somente ao Legislativo. O Executivo, o Judiciário e até a mídia corporativa foram questionados sobre sua legitimidade.** Legitimidade para fazer leis, políticas públicas, julgar e noticiar o que acontece. Será que fazem as leis que queremos? E o código florestal? Será que fazem as políticas que queremos? E a reforma agrária que não avança? Será que julgam com justiça? Ou condenam muito mais os pobres do que os ricos? Será que noticiam o que acontece? Ou constroem o discurso que melhor beneficia o dono do jornal?

A questão da falta de legitimidade tem como motivação a falta de participação. Como podemos considerar uma instituição legítima se não podemos participar? Se não temos espa-

ços para criticar, para dar nossa opinião, se não podemos fazer parte?

A participação ocorre quando nos tornamos parte, quando deixamos de ser ouvintes para dar nossa opinião e decidir com o coletivo. Se somos ape-



nas ouvintes ou expectadores, não temos poder de influenciar o que está sendo decidido. **A grande e poderosa diferença da Internet para a televisão está na possibilidade de fazer parte.** Ao dar a possibilidade de as pessoas interagirem, reagirem e responderem, a Internet se torna um meio de comunicação que fortalece a participação e, com isso, a autonomia e a emancipação.

A ideia de participação vem do ato de fazer parte de alguma coisa. A participação social remete à participação na sociedade, na definição de seus rumos, das opções que tomamos enquanto sociedade. Quem participa? Os sujeitos, os protagonistas, que podem ser coletivos ou individuais. Os chamados sujeitos de direitos, figura jurídica que surge com a ideia de que somos seres de iguais direitos e juntos formamos uma sociedade. Todos temos o mesmo direito de participar dessa sociedade.

Mesmo sendo diferentes entre si, temos os mesmos direitos e a mesma possibilidade de

participar, **cabendo a nós escolher se queremos ou não.** Mas esse discurso é só uma parte da realidade. Outra parte é a que mostra as desigualdades materiais interferindo na possibilidade de participar. É a parte em que ter vale mais do que ser.

eram um reclamo contra a corrupção e contra a tal PEC 37, escondendo para debaixo do tapete a reivindicação por transporte público, saúde, educação e participação nos processos de decisão.

Mas isso é fato. As manifes-

*A participação ocorre quando nos tornamos parte...
...se somos apenas ouvintes ou expectadores, não temos poder de influenciar o que está sendo decidido.*




Exemplos de Assembleia Popular em Belford Roxo, Rio de Janeiro, Brasil – Fonte: Wikipedia/domínio público, Cozzolino.

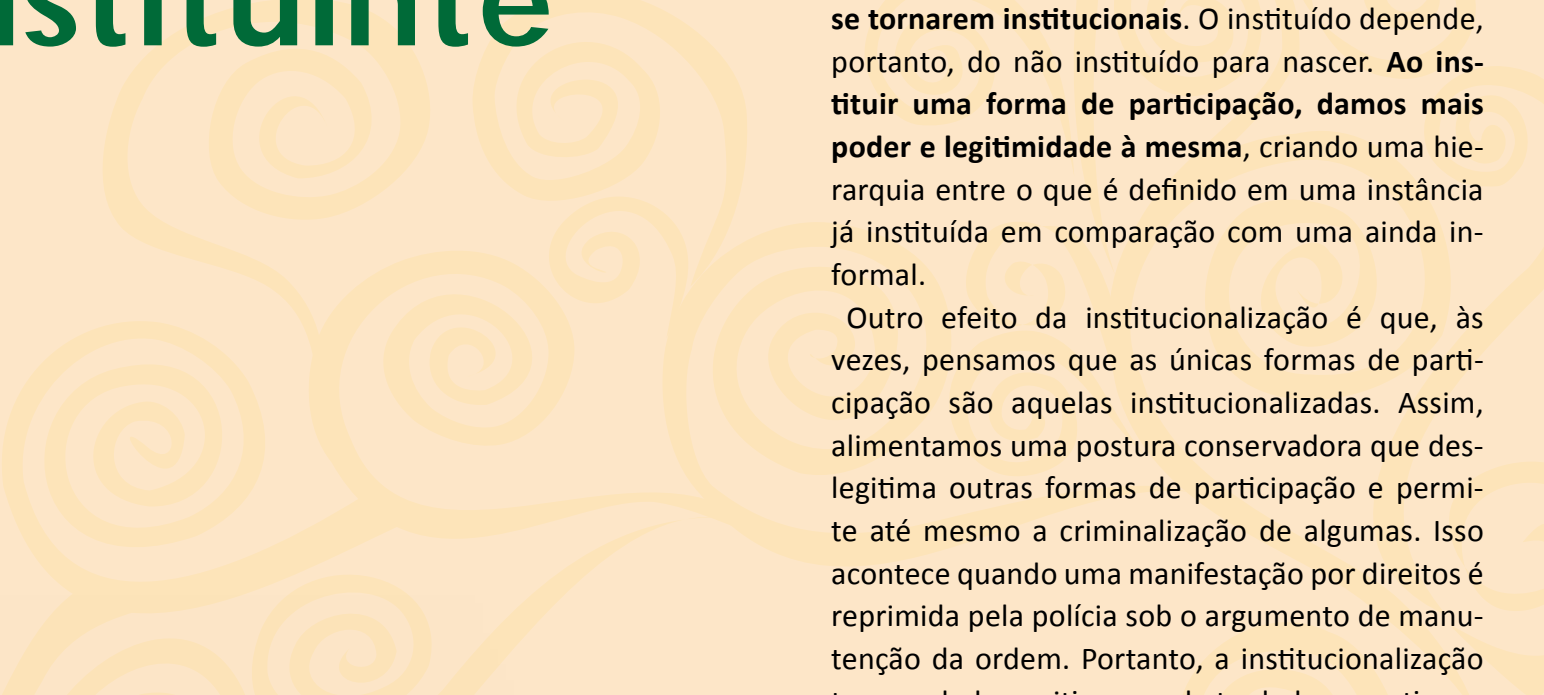
Aquela sustentada na existência do centro e da periferia, de proprietários e trabalhadores, de ricos e pobres, das elites e das classes subalternas. **Em uma sociedade dividida, como a nossa, participa quem tem “influência”, quem tem “boas relações”.**

É preciso diferenciar se o discurso da igualdade é autêntico ou não. Depende dos interesses de quem fala. Em nome das manifestações, boa parte da elite brasileira passou a defender algumas reivindicações, e a mídia corporativa o fez com muito descaramento, buscando dizer que as manifestações

tações e seu significado ainda estão em disputa. Curioso, porém esperado, é que aquelas pessoas, aqueles setores e grupos que buscavam falar pelos manifestantes, principalmente na mídia corporativa, hoje têm se colocado contra a Política Nacional de Participação Social (PNPS) formalizada pelo decreto presidencial nº 8.243, lançado dia 23 de maio deste ano. Ora, se elogiaram tanto as manifestações, como podem ser críticos de uma política que atende a uma de suas principais reivindicações? E justamente a reivindicação por participar das decisões?



Participação instituída e instituinte

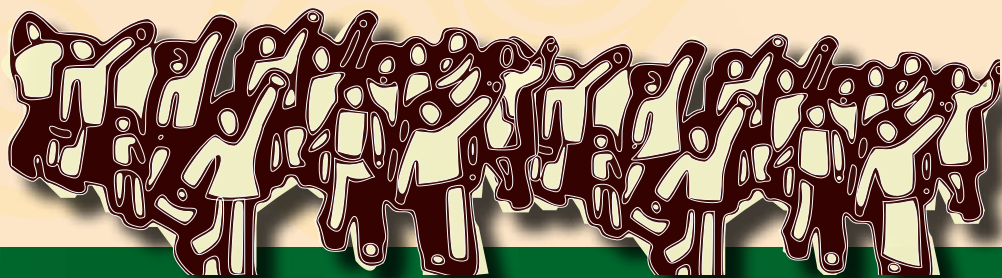


A PNPS instaura um sistema para melhor organizar as instâncias e os mecanismos de participação social, impulsionando o Executivo a adotar a participação como método de governo e de gestão. Se dividirmos as formas de participação em institucionais e não institucionais, temos de um lado as formas já previstas em leis que ocorrem por dentro dos procedimentos das instituições, como os conselhos escolares, os conselhos de saúde dos municípios, as ouvidorias públicas, as conferências e até mesmo o próprio voto. Essas são institucionais. De outro lado, temos formas não institucionais, como a manifestação de rua, o abaixo-assinado, os atos públicos, as marchas, o Plebiscito Popular Constituinte e até a pichação de muros. Ou seja, de um lado temos formas previamente definidas, e do outro temos formas a instituir, não previstas, ilimitadas, assim como somente nossa criatividade pode ser.

As formas de participação já instituídas nasceram das não instituídas, que foram experimentadas várias vezes e por várias pessoas antes de se tornarem institucionais. O instituído depende, portanto, do não instituído para nascer. **Ao instituir uma forma de participação, damos mais poder e legitimidade à mesma,** criando uma hierarquia entre o que é definido em uma instância já instituída em comparação com uma ainda informal.

Outro efeito da institucionalização é que, às vezes, pensamos que as únicas formas de participação são aquelas institucionalizadas. Assim, alimentamos uma postura conservadora que deslegitima outras formas de participação e permite até mesmo a criminalização de algumas. Isso acontece quando uma manifestação por direitos é reprimida pela polícia sob o argumento de manutenção da ordem. Portanto, a institucionalização tem um lado positivo e pode ter lados negativos.

Voltemos à PNPS. **Todas instâncias e mecanismos listados no decreto que institui a política já existem. Mas é importante estudá-los para entender até onde a política avança e em que pode avançar mais.**



VEJAMOS QUAIS INSTÂNCIAS E MECANISMOS ESTÃO NA PNPS

- **Conselho de políticas públicas** – instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas.

- **Comissão de políticas públicas** – instância colegiada temática, instituída por ato normativo, criada para o diálogo entre a sociedade civil e o governo em torno de objetivo específico, com prazo de funcionamento vinculado ao cumprimento de suas finalidades.

- **Conferência nacional** – instância periódica de debate, de formulação e de avaliação sobre temas específicos e de interesse público, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, podendo contemplar etapas estaduais, distrital, municipais ou regionais, para propor diretrizes e ações acerca do tema tratado.

- **Ouvidoria pública federal** – instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

- **Mesa de diálogo** – mecanismo de debate e de negociação com a participação dos setores da sociedade civil e do governo diretamente envolvidos no intuito de prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais.

- **Fórum interconselhos** – mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e das comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais, formulando recomendações para aprimorar sua intersectorialidade e transversalidade.

- **Audiência pública** – mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais.

- **Consulta pública** – mecanismo participativo, a se realizar em prazo definido, de caráter consultivo, aberto a qualquer interessado, que visa receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre determinado assunto, na forma definida no seu ato de convocação.

- **Ambiente virtual de participação social** – mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação, em especial a Internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil.



Essas nove instâncias e esses mecanismos estão descritos no decreto 8.243. Com esse decreto, portanto, tornam-se plenamente instituídas. Destaca-se o Fórum Interconselhos, que foi recentemente premiado (2014) como boa prática da gestão pública pela ONU. **Outro destaque é a novidade dos ambientes virtuais de participação que têm sido mais utilizados hoje e refletem o avanço das comunicações sociais.**

Nosso desafio agora é evitar que os setores conservadores de nossa sociedade, principalmente alguns parlamentares e a mídia corporativa, derrubem esses avanços que conquistamos até agora em termos de participação social. Temos que dizer ao Parlamento que defendemos a Política Nacional de Participação Social. Por outro lado, não podemos resumir a participação social a essas instâncias e a esses mecanismos institucionalizados pelo Decreto. Temos que reinventar formas de participação no nosso dia a dia.

Documento lança as bases da Política Nacional de Educação Popular



Seminário Nacional de Educação Popular e Saúde e Arena da Participação Social, Brasília-DF, maio de 2014

“O hoje é semente do amanhã.”

O debate em torno da educação popular nos últimos 10 anos tem sido pautado como uma estratégia para a construção de mudanças para o Brasil. Um debate essencial para se qualificar o diálogo entre governo e sociedade civil e assim avançar no processo da democracia participativa, da prática social e da relação do estado com a sociedade civil organizada.

Partindo do princípio de que a educação popular surge das lutas populares, busca codificar e decodificar os temas geradores dessas lutas, colabora com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam es-

sas lutas e diminui o impacto da crise social na pobreza, dá voz à indignação da população empobrecida, com relação à luta cotidiana do(a) trabalhador(a) explorado(a), esta não poderia ficar de fora da agenda de nenhum projeto democrático e popular.

Um conjunto de articulações e ações a partir de um conjunto de políticas públicas desenvolvidas principalmente no campo da saúde, economia solidária, educação do campo, mais educação, mais cultura, juventude viva, segurança alimentar e outras, assim como a própria Rede de Educação Cidadã, ao longo dos últimos 10 anos – **experiências que afirmam que, juntos, governo e sociedade civil organizada podem fomentar processos de formação na perspectiva da conquista de cidadania e direitos sociais com participação social** –, foram fundamentais e estão contribuindo para o debate em torno da **Política Nacional de Educação Popular (PNEP)**.

Os acúmulos dessas prá-


ticas permitiram e fortaleceram a concretização do **Marco de Referência de Educação popular para as políticas públicas**, por meio de portaria da Secretaria Geral da Presidência da República, formalizada em maio, fortalecendo a construção da PNEP. O Marco de Referência tem como objetivo: “promover um campo comum de reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de políticas sociais que tenham origem, principalmente, na ação pública e que contemplem os diversos setores vinculados a processos educativo-formativos das políticas públicas do Governo Federal”.

A construção do Marco de Referência de Educação Popular para as políticas públicas **percorreu um caminho** com momentos específicos e pontuais, como seminários, reuniões, consultas públicas, rodas de conversa, enquanto espaços para aprofundar, qualificar e fortalecer o debate, a partir de experiências significativas e exitosas

no Brasil e na América Latina, envolvendo os diferentes protagonistas que pensam e fazem a educação popular: movimentos sociais, universidades públicas, ONGs, fóruns de educação de jovens e adultos, de economia solidária, educadores(as) populares, escolas sindicais e de educação popular.

Nesse sentido, a diversidade de experiências, os diferentes saberes, a construção coletiva, **o diálogo, a problematização e a reflexão em torno da concepção e da intencionalidade** foram ferramentas **essenciais** para se garantir um **Marco com opção política e metodológica** que lança as bases históricas e de concepção da educação para a política nacional de educação popular, reafirmando o compromisso histórico com a **educação popular no Brasil**.

Tanto o Marco de Referência como a Política Nacional de Educação Popular integram os esforços de fortalecimento da participação social como um direito hu-

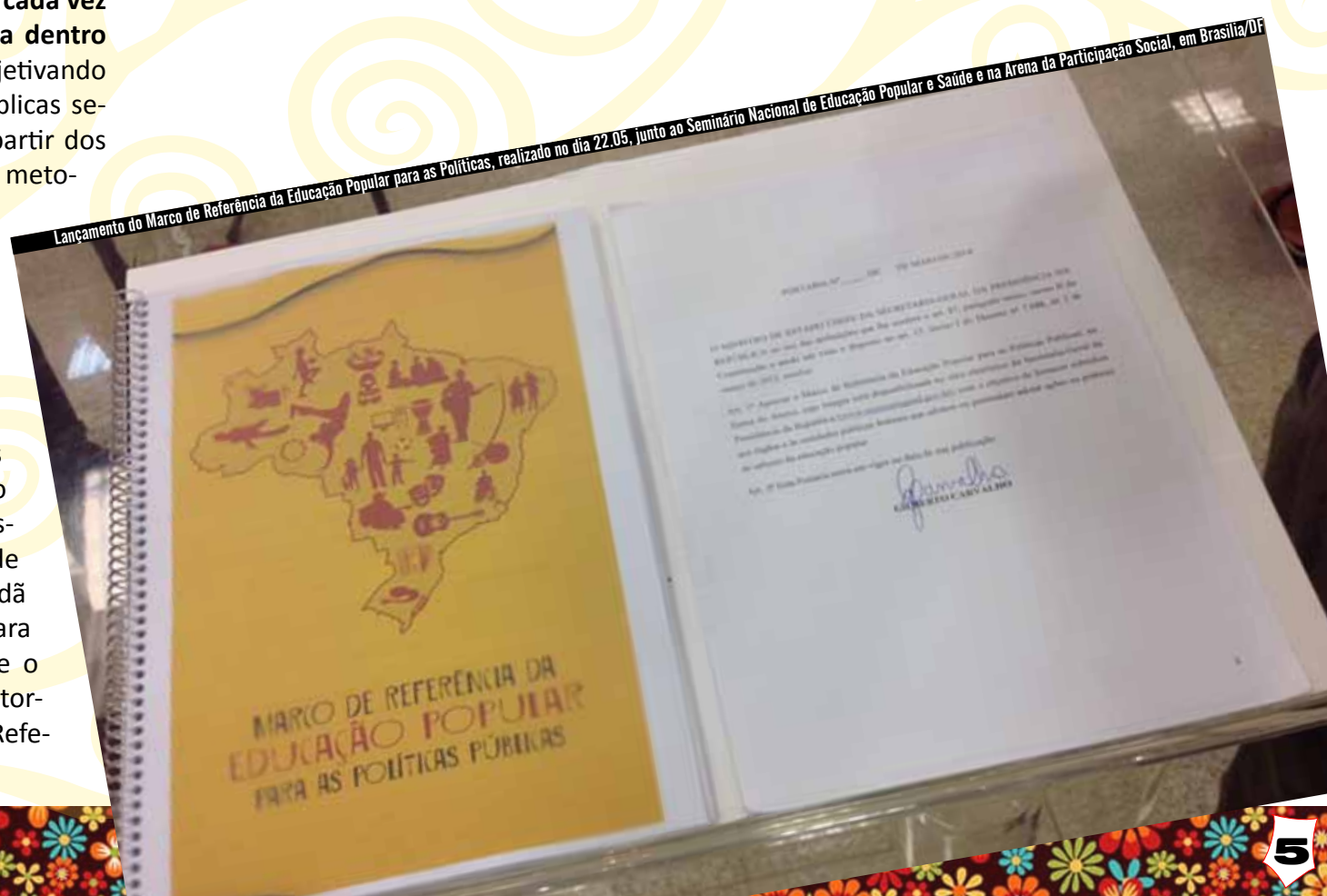



mano, que torna a gestão pública mais eficiente e um Estado mais permeável às demandas populares, com relação mais horizontal com a sociedade organizada e com o povo brasileiro.

Outros elementos importantes que contribuíram para o avanço do debate e a construção do Marco de Referência e da Política Nacional de Educação Popular foram a mobilização, **articulação e os debates em torno da I Conferência Nacional de Educação em 2009/2010**. Nessa, a Rede de Educação Cidadã buscou pautar no novo Plano Nacional de Educação propostas de educação popular com destaque para os eixos que tratam do direito à educação e inclusão social.

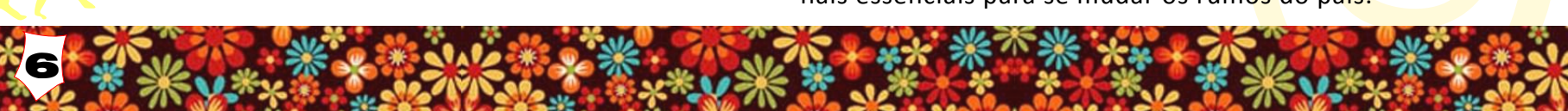
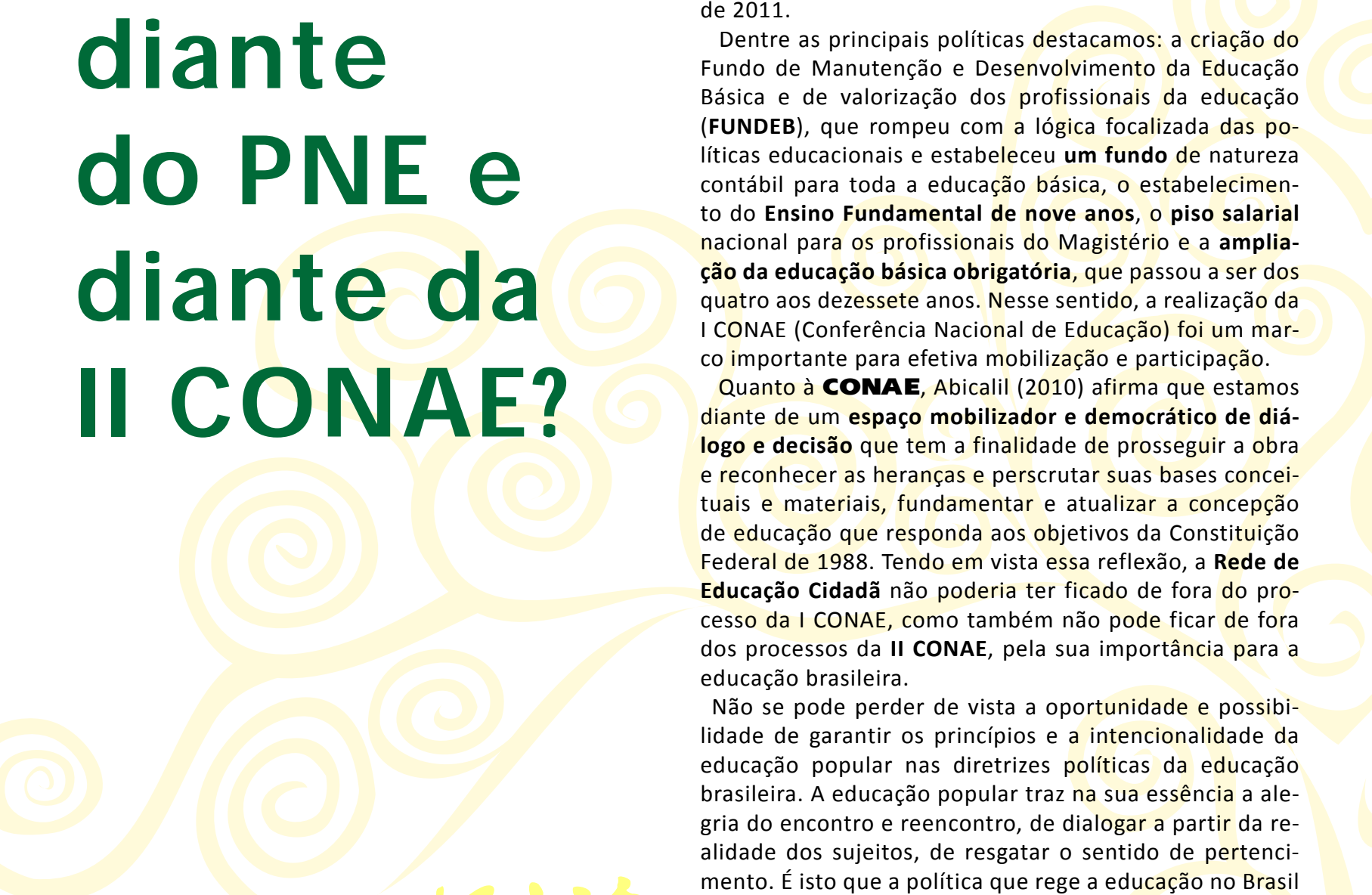
Agora, um **desafio é tornar o Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas um documento conhecido e cada vez mais assumido para dentro do governo**, objetivando que as políticas públicas sejam construídas a partir dos seus pressupostos metodológicos. Outro desafio é **torná-lo apropriado para a sociedade civil e para os movimentos sociais** a fim de pressionar os governos locais na aplicabilidade do seu objetivo. Nesse sentido, a Rede de Educação Cidadã pode contribuir para enraizar o debate e o conhecimento em torno do Marco de Referência.

*Agora, um desafio é tornar o Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas um documento conhecido e cada vez mais assumido para dentro do governo...
... Outro desafio é torná-lo apropriado para a sociedade civil e para os movimentos sociais a fim de pressionar os governos locais na aplicabilidade do seu objetivo.*





Desafios diante do PNE e diante da II CONAE?



Nos últimos 10 anos, a educação brasileira teve um avanço democrático considerável. A política vigente criou condições efetivas para reverter uma herança de política de privatização e abandono da escola pública recebida dos governos neoliberais. A multiplicação de experiências democráticas populares em diversos estados e inúmeros municípios ampliou significativamente as fronteiras do direito à educação e sentou as bases de uma política educacional sustentada nos princípios da justiça social, da igualdade e da promoção da cidadania.

No início do governo do presidente Lula, o orçamento do MEC (em valores constantes) apenas superava 33 bilhões de reais. **Uma década depois chegou a mais de 86 bilhões.** No ano de 2013, a previsão de investimento atingiu 93 bilhões de reais. O investimento público com percentual do PIB cresceu de forma significativa na última década, passando de 4,8% no ano de 2002 a 6,1% no ano de 2011.

Dentre as principais políticas destacamos: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (**FUNDEB**), que rompeu com a lógica focalizada das políticas educacionais e estabeleceu **um fundo** de natureza contábil para toda a educação básica, o estabelecimento do **Ensino Fundamental de nove anos**, o **piso salarial nacional** para os profissionais do Magistério e a **ampliação da educação básica obrigatória**, que passou a ser dos quatro aos dezessete anos. Nesse sentido, a realização da I CONAE (Conferência Nacional de Educação) foi um marco importante para efetiva mobilização e participação.

Quanto à **CONAE**, Abicalil (2010) afirma que estamos diante de um **espaço mobilizador e democrático de diálogo e decisão** que tem a finalidade de prosseguir a obra e reconhecer as heranças e perscrutar suas bases conceituais e materiais, fundamentar e atualizar a concepção de educação que responda aos objetivos da Constituição Federal de 1988. Tendo em vista essa reflexão, a **Rede de Educação Cidadã** não poderia ter ficado de fora do processo da I CONAE, como também não pode ficar de fora dos processos da **II CONAE**, pela sua importância para a educação brasileira.

Não se pode perder de vista a oportunidade e possibilidade de garantir os princípios e a intencionalidade da educação popular nas diretrizes políticas da educação brasileira. A educação popular traz na sua essência a alegria do encontro e reencontro, de dialogar a partir da realidade dos sujeitos, de resgatar o sentido de pertencimento. É isto que a política que rege a educação no Brasil precisa fazer: que cada educando(a), que cada pai e mãe e que a comunidade do entorno da escola sintam-se parte do processo, que os educadores(as) tenham orgulho do seu fazer pedagógico, que a sociedade valorize profissionais essenciais para se mudar os rumos do país.

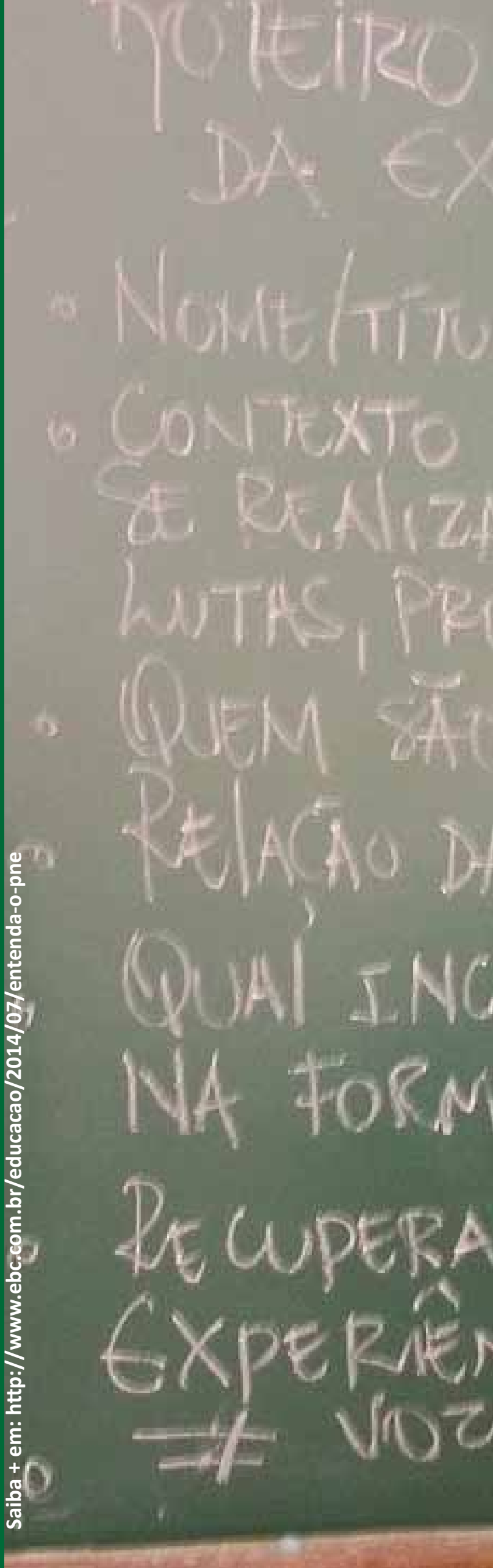
NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O novo Plano Nacional de Educação (PNE) é fruto de um processo democrático e participativo vivenciado durante a I CONAE em 2010, momento ímpar que materializou uma nova dinâmica participativa de alcance nacional, um marco setorial importante de uma nova correlação de forças na construção das políticas públicas em âmbito nacional, elaborando um documento final que resume os grandes desafios da educação brasileira para a próxima década. Traz na sua essência questões como o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, à gestão democrática, assim como a avaliação, a democratização do sistema educacional, a valorização dos profissionais da educação, o financiamento e o controle social do investimento educacional e a educação como espaço de promoção da justiça social, inclusão, diversidade e igualdade.

No Congresso Nacional, o que prevaleceu na votação do novo PNE foram os interesses de classe. Nesse sentido, **para os(as) educadores(as) populares da RECID (Rede de Educação Cidadã), é importante destacar os seguintes desafios**, que merecem atenção da sociedade:

- 10% do PIB, que surge como possibilidade para a melhoria da qualidade do ensino e reconhecimento dos profissionais da educação;
- a criação de Fóruns municipais, estaduais para que o PNE seja implantado;
- a participação qualitativa em Conselhos municipais e estaduais de educação;
- a mudança da concepção produtivista e mercadológica da educação, derivada de um contexto de privatização da esfera pública;
- a garantia de currículos que dialoguem com os pressupostos teóricos e metodológicos da educação popular.

Precisamos seguir motivados para a II CONAE, que acontece nos dias **19 a 23 de novembro de 2014!** Bem como seguir debatendo e reafirmando as propostas de Educação Popular para o PNE. Mesmo com as mudanças significativas realizadas, os desafios são inúmeros. O Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas pode contribuir para que a política de educação seja dialogada e viabilizada dentro da realidade dos sujeitos que fazem educação no Brasil. Seguir caminhando, iluminados(as) pela beleza, compromisso de transformação e encanto da Educação Popular, deve ser o nosso compromisso.



Encontros macrorregionais da RECID

Região Sul aprofunda as sociais no Brasil

Olá educadores(as), mais uma vez a RECID fortalece sua organização nos três estados do sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), realizando seu Encontro Macrossul na cidade de São José-SC, nos dias 30 e 31 de maio e 01 de junho.

Esse encontro é parte do nosso Plano Regional de Formação, que tem como propósito a criação de espaços de trocas de experiências e aprofundamento de conhecimentos entre educadores populares, liberados e voluntários, a fim de desenvolver processos de formação continuados e integrados de educação popular, referenciados no Projeto Político-Pedagógico da Rede de Educação Cidadã. Busca-se com isso fortalecer as lutas populares, tendo em vista a construção de um projeto popular para o Brasil. Esse momento correspondeu à segunda etapa de nosso Plano Regional de Formação, que tem como temas:

- **primeira etapa:** projeto popular e alternativas diante da crise capitalista;
- **segunda etapa:** história das ideias e lutas sociais no Brasil e na região Sul;
- **terceira etapa:** experiências de poder popular na América Latina.

O encontro contou com a assessoria de Leonardo, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó-SC. Leonardo, hoje sindicalista (sindicato dos professores), teve sua trajetória militante no Rio Grande do Sul em rádios comunitárias e no Levante Popular

da Juventude. O encontro se deu em debates e rodas de conversa sobre as questões históricas da região e a participação desta na construção do país, bem como sobre a importância do surgimento dos movimentos sociais no desenvolvimento do Sul e do Brasil. Logo de início, as equipes foram divididas para que pudessem partilhar suas histórias e de suas famílias, a fim de problematizarem as lutas sociais do país a partir do que sabem e fizeram, se reconhecendo como parte da história a ser debatida. Dessa maneira, ao contar a história das lutas sociais de acordo com as vivências de cada um, foi possível uma reflexão acerca do que fez com que se tornassem o que são hoje, reconhecendo o contexto das lutas sociais do Brasil e a historicidade das lutas hoje travadas.

A partir do debate realizado com o grupo, foi possível perceber a importância da resistência como ponto de partida para as lutas sociais. Dentre os pontos debatidos, destacam-se:

- *não há dominação sem processo de resistência;*
- *a luta é apenas uma das dimensões do enfrentamento;*
- *na virada do século XIX para o século XX, se luta para o quê? pelo quê?*
- *construir uma sociedade diferente não é somente lutar e resistir, mas operar sobre esse mundo, ter propostas e projetos. Assim, a resistência, as lutas e as ideias se transformam em movimento;*
- *se colocar em movimen-*



to na história para superar as condições dadas;

- *talvez o maior desafio hoje seja pensar em como resistir e lutar sendo tão diferentes;*
- *a luta de classe precisa ser construída, a resposta já existe. Luta de classe só existe com identidade de classe, que se constrói na consciência de classe. O que une é a identidade.*

Da programação do evento, destacam-se três momentos: 1) a oficina de comunicação; 2) os espaços de mística, acolhida e integração e 3) os debates sobre as lutas enquanto RECID Macrossul.

A **oficina de comunicação** ocorreu no pré-encontro, dia 29 de junho, assessorada pelo coletivo Soy Loco por ti, de Curitiba-PR. Nessa

oportunidade alguns(mas) educadores(as) puderam aprender um pouco mais sobre a produção de vídeos, desde elementos de sua filmagem até sua edição, instrumentalizando-se para a produção referente à sistematização das ações da RECID.

Os **espaços de mística e acolhida** merecem um destaque mais que especial nas formações da Rede. As cirandas de cantos populares de luta, os poemas e as poesias, a apresentação dos participantes e seus trabalhos, a acolhida para aqueles(as) que chegam de longe, tudo isso permite uma aproximação do grupo entre si e com o tema, proporcionando um espaço harmonioso, solidário, fraterno e humano – valores tão necessários quando se tra-

balha com educação popular. Nessa etapa, teve a visita especial de Simone Lourenço, educadora da RECID e representante da Comissão Nacional, vinda de Cabo de Santo Agostinho-PE, para prestigiar e colaborar a partir de suas experiências.

Também como parte de **integração** do grupo, vale mencionar um momento de descontração das atividades, que foi a noite cultural, momento em que os núcleos de base formados durante o encontro apresentaram tra-

balhos artísticos construídos coletivamente, tais como declamações de poemas e encenações de situações relacionadas com o tema da formação do encontro.

Sobre **as lutas**, dois temas foram amplamente debatidos: o Plebiscito Popular pela Constituinte e o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Reforçou-se a importância do plebiscito como uma oportunidade de levar às bases o debate sobre a reforma do sistema político, a

necessidade da participação popular e do protagonismo enquanto sujeitos da transformação social. O debate sobre o Marco de Referência salientou sua importância para dinamizar e colocar a educação popular num patamar mais elevado no cenário nacional. Tem como proposta principal colocar a educação popular como política pública, permitindo mais recursos de financiamento e a ampliação desse debate no país.

O encontro provocou nos(as) educadores(as) um

olhar crítico e um despertar para uma ressignificação da história, a partir do olhar do oprimido, da classe, da cultura e dos sujeitos subjugados. Que isso possa ter contribuído para que mais pessoas possam ser sujeitas de suas próprias histórias...

O próximo encontro, terceira e última etapa do Plano Regional de Formação, deverá ocorrer em Curitiba-PR no mês de agosto.

Abraços fraternos!
Coletivo macrossul

Encontro macronorte: Frutos e sementes da educação popular na Amazônia

Esse encontro, cujo tema é *Frutos e sementes da educação popular na Amazônia*, nasceu com o desejo de proporcionar um espaço de formação, reflexão e troca de experiências entre educadores(as) populares da região Norte que atuam em diversas bases/setores: escolas, movimentos sociais, universidades, grupos de estudos, pesquisas e vivências voltadas para práticas de educação popular comprometidas com a conquista de um mundo humano, justo e solidário. Foi realizado de 24 a 27 de maio em Macapá-AP.

O IX Encontro Macrorregional da Região Norte tem na sua dinâmica garantir momentos significativos para a vivência da reflexão em torno dos processos: pedagógicos, de comunicação, de sistematização, de gestão e de acompanhamento. Se propõe a olhar para os avanços, limites, desafios até o final do convênio, assim como

refletir em torno de como a RECID vem possibilitando a gestão compartilhada e como vem pautando a efetivação do projeto popular para o Brasil.

Do IX encontro ocorrido em Macapá nos dias 24 a 27 de maio, destacam-se momentos significativos, como as *Ocas das experiências* – em que os estados puderam partilhar/socializar experiências de educação popular, trazendo as diferentes linguagens. De forma criativa, mostraram as vivências pedagógicas que contribuíram para um debate em torno dos processos no campo da acumulação de forças políticas, que trouxe elementos para análise de conjuntura política, econômica, social e cultural em torno da Amazônia. Outro tema que o encontro pautou foi o olhar em torno da Educação Popular e a intervenção do Estado na Amazônia, sua organização e os conflitos com os movimentos sociais, onde se viu

que continua forte a presença do Estado na região por conta dos inúmeros projetos os quais têm deixado marcas profundas ao seu povo.

A RECID Norte, seguida da realização do macrorregional, participou do VII Fórum Social Pan-amazônico (FSPA) que este ano aconteceu em Macapá, onde realizou roda de conversa em torno do tema: *Do Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas à Política Nacional de Educação Popular*. Foi uma oportunidade para apresentar aos movimentos sociais da

Pan-Amazônia o contexto em que o Brasil se encontra no campo da reflexão e mostrar a proposta no campo da educação popular e participação social.

O IX FSPA também foi um espaço importante e significativo para a RECID fortalecer suas articulações e chamar a sociedade para a importância do plebiscito para a reforma política. Enfim, momento de debater e fortalecer a luta, a educação popular, a economia solidária e gritar contra os grandes projetos que são pensados para a Amazônia.





Ciranda do Cerrado – Região Centro-oeste

Entre os dias 31 de julho e 3 de agosto, estiveram reunidos(as) em Mato Grosso, na Chapada dos Guimarães, educadores(as) da região macrocentro-oeste para o seu 2º Encontro do ano, denominado Ciranda do Cerrado.

O encontro teve por objetivo “analisar o processo da política de educação no Brasil, tendo em vista os diversos projetos em disputa”, para tal, a região iniciou a formação com uma análise conjuntural a partir de materiais estudados e socializados por cada esta-

do, para que, em seguida fosse aprofundado debate sobre a “História da educação brasileira com foco na disputa de projetos”, e ainda, a “Política Nacional de Educação”; a “Política Nacional de Educação Popular”, considerados temas que acumulam para o fortalecimento político regional, em relação à política de educação.

Além desses temas, a região debateu sobre sua organicidade, ressaltando as ações conjuntas já realizadas, frisando a última ideia que girou em torno de atividades simultâneas acerca do Plebiscito Popular. E ainda, sobre os caminhos percorridos até o momento para a concretização da sistematização da RECID com o olhar para os últimos 3 anos.

Ciranda do Cerrado faz parte do processo de formação que, aos moldes da Ciranda Nacional da RECID, também contou com estudos e preparações prévias aos encontros presenciais. Cada estado da região participou com um grupo de 10 educadores(as), que estiveram nas etapas anteriores, iniciado em dezembro de 2013.

De forma geral, todas as etapas foram pensadas dentro de um processo de formação continuado, presencial e a distância, com um grupo de educadores(as) populares, visando à multiplicação, dinamização e qualificação dos processos de formação de base com os grupos acompanhados pela RECID nos estados do Centro-Oeste, para aprofundar o estudo sobre a formação da região, o papel da educação popular, dos direitos humanos e os desafios atuais dessas práticas.

A próxima agenda está prevista para a primeira quinzena de novembro, na qual se reúne a coordenação regional (COCO), para avaliação desta, e os próximos encaminhamentos em continuidade aos processos desencadeados pela região.

Região Nordeste refletirá sobre os rumos da RECID

O próximo Encontro Macrorregional Nordeste, segundo do convênio, acontecerá nos dias **14 a 16 de novembro de 2014, em Fortaleza**. De caráter formativo e deliberativo, dialogará sobre os rumos da RECID, pensando-a para frente,

mantendo o olhar sobre o cenário político do Nordeste e do Brasil, no balanço do convênio, na sistematização dos seus últimos quatro anos e sobre a Política Nacional de Educação Popular (PNEP) em consonância com o 12º Encontro Nacional.

Carta política do 7º Encontro Macrossudeste

Ibiraçu-ES, 17 de agosto de 2014

Reunidos(as) em nosso 7º Encontro Macro Sudeste, em Ibiraçu-ES, nós, cerca de 50 educadores(as) populares, envolvidos com diversas lutas do campo e da cidade (MST, MPA, agroecologia, Catadores, direitos humanos, movimentos negro, juventude, mulheres, ocupações urbanas, quilombolas, economia solidária, entre outros), sintetizamos nesta carta o que acreditamos ser os desafios centrais para a atuação da Rede de Educação Cidadã no próximo período.

Vivemos momentos cruciais e delicados de uma conjuntura política adversa ao campo da garantia dos Direitos Humanos e de construção de um projeto popular para o país, tendo, de um lado, novas formas de lutas sociais, novos atores e novas estratégias e táticas de reivindicação e questionamento do sistema capitalista globalizado e, de outro, um acirramento de forças de direita e de conservadorismo.

Os desafios são imensos para avançarmos e reafirmarmos os valores e as práticas de um projeto popular para o Brasil. Há um forte investimento do capital no mascaramento e nas

disputas ideológicas em torno do projeto de dominação que sustenta: estimula-se o consumismo, o individualismo e o apelo à felicidade imediata. Na região Sudeste, acentuadamente urbana, os problemas ligados a esse modelo de dominação se acentuam em diferentes formas de violência, especialmente contra a juventude negra e as mulheres, e de exploração dos(as) trabalhadores(as). Temos também um contexto de criminalização da luta e dos movimentos sociais.

No campo dos movimentos sociais, e na própria RECID Sudeste, ainda vivemos momentos de desarticulações e fragilidades, porém há iniciativas de mobilizações interessantes pós junho de 2013: assembleias horizontais em BH, ocupações urbanas, luta por moradia, pela Tarifa Zero para transporte coletivo em várias capitais; aumento das ocupações urbanas e novas formas de organização das juventudes.

Animados(as) pelo lema “Diversidade, unidade e transformação: então vamos sonhar ligeiro, sonhar em mutirão”, aprofundamos, nesses 3 dias, as realidades e o processo político pedagógico da RECID nos estados que compõem a região Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).

Dessa análise sobre a RECID destacamos: a) gestão compartilhada – há um processo de amadurecimento, mas também



muitas dificuldades, como saída de educadores(as), dificuldade de interlocução e trabalho em equipe, mudança de entidade âncora; dificuldade na busca conjunta de soluções, o que afeta na capacidade de execução das metas do convênio; b) quanto à organicidade: há desde experiências de trabalho mais coletivas, com reuniões periódicas, há realidade de maior dificuldade de consolidar um trabalho mais integrado e em equipe; c) político-pedagógico: amadurecimento das equipes pedagógicas nos estados; avanço em identificar/refletir linhas comuns da região Sudeste; dificuldade de pensar enquanto bloco político; envolvimento da juventude e fortalecimento e aproximação com a economia solidária e com o conjunto do CEFES; escolas de formação: Jornada Pedagógica Permanente, Comunidade de Aprendizagem em Educação Popular.

Aprofundamos também, a partir da experiência da construção da Política de Educação Popular em Saúde e da experiência da Educação do Campo, os caminhos para a construção da Política Nacional de Educação Popular (PNEP), compreendendo-a dentro de um projeto popular mais amplo que combina a luta institucional e a luta popular.

Como possibilidade de revisitar o legado de Paulo Freire, atualizar para os dias de hoje os desafios da organização popular, a PNEP visa dar uma orientação pedagógica aos processos educativos e formativos vinculados a políticas públicas do campo popular (economia solidária, cultura viva, direitos humanos,

RECID, entre outros), articulando ações com os movimentos para dar mais um passo na democratização do Estado brasileiro em todos os sentidos – de dentro para fora e de fora para dentro.

Aprofundamos ainda os três eixos mais comuns ao trabalho da RECID

na região Sudeste (agroecologia, economia solidária e juventude), partindo de experiências e realidades locais e do debate sobre as políticas públicas para cada campo. Também desenvolvemos uma oficina de comunicação, com o debate político sobre os desafios desse campo e capacitação em produção audiovisual.

Como fruto do aprofundamento, da troca de experiências e da análise da realidade e das estratégias de atuação como militantes do projeto popular para Brasil, assumimos os seguintes desafios para o próximo período:

DIVERSIDADE, UNIDADE E TRANSFORMAÇÃO:



AGROECOLOGIA

- Valorização do conhecimento/saber popular e recursos locais.
- Multiplicar e aplicar as técnicas aprendidas.
- Estudar e difundir plano camponês e a reforma agrária e popular.
- Mapear as ações/grupos de produção agroecológica nos estados (Sudeste) diretamente trabalhados em parcerias pela RECID (sistematizar).
- Buscar parcerias com a Universidade Federal de Viçosa para implementar grupos/turmas de homeopatia na agricultura.
- Fortalecer a campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida.
- Apoiar camponeses na busca de créditos/técnicas para transição agroecológica.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Promover a realização de feiras e clubes de troca.
- Avançar na articulação entre ações do CFES e RECID.
- Conhecer e sistematizar experiências de Ecosol.
- Dar visibilidade ao mapeamento da Ecosol.
- Estudar os princípios da Ecosol.
- Brigar por mais orçamento para a Ecosol no campo das políticas públicas.

JUVENTUDE

- Potencialização de divulgação das ações de juventude da página da juventude da RECID no Facebook.
- Fortalecimento e atuação junto aos movimentos de ocupação de rua.
- Presença na organização e participação da Marcha Internacional contra o Genocídio do povo negro, dia 22, nas capitais.
- Formação da juventude para participação nos conselhos de políticas públicas.
- Muito mais que falar para a juventude, se aproximar, estar junto e garantir que a juventude seja de fato protagonista, a partir de suas necessidades, linguagem e realidade.

PLEBISCITO POPULAR E REFORMA POLÍTICA

- Intensificar o trabalho de base para discutir o plebiscito e suas propostas.
- Massificar o plebiscito para além dos movimentos sociais, atingindo a população.
- Organizar ações, atividades e coleta de votos e de assinaturas na Semana da Pátria – 1 a 7 de setembro.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR

- Seguir aprofundando o debate nos coletivos estaduais e em outros espaços.
- Participar da 2ª Conferência Nacional da Educação.

DESAFIOS MAIS INTERNOS/ ORGANIZATIVOS DA RECID

- Cumprimento das metas do convênio e garantia de uma boa prestação de contas do convênio.
- Garantir boa sistematização das experiências e processos da RECID.
- Fortalecer os processos pedagógicos do trabalho de base, mais permanentes e continuados, como as escolas permanentes de educação popular.
- Aprofundar mais a Política Nacional de Participação Social e como está se dando a disputa.
- Garantir maior formação para atuação nos vários conselhos estaduais/municipais.
- Aprofundar as técnicas e a metodologia do teatro do oprimido.
- Aproveitar os encontros para priorizar e aprofundar temas específicos.
- Aprofundar mais as compreensões, táticas e estratégias da RECID tendo em vista o seu papel na luta de classes.
- Garantir o processo de articulação da RECID nos grupos locais, mesmo num contexto de não convênio e também por meio de socialização no Facebook e outras plataformas, como Corais.

Nos comprometemos com esses desafios, EDUCADORES(AS) POPULARES DA RECID SUDESTE.

Da prática à reflexão sobre a experiência

Cada experiência de educação popular é única e irrepetível no tempo e no espaço. Por ser singular, tem muito a ensinar a si mesma e a ensinar a outras experiências que se entrecruzam no campo político das práticas de educação popular e de transformação social. A sistematização de experiências vem se consolidando, especialmente a partir da década de 1960, como uma importante ferramenta que auxilia educadores(as), partindo do registro sobre suas vivências, a reorganizar e reconstituir a narrativa sobre as práticas, de modo a refletir sobre elas e extrair seus aprendizados, com vistas a repensar a própria prática e a comunicá-la a outros(as).

“A experiência é algo da qual saímos transformados” (Revel)

Segundo Elza Falkembach: **“A sistematização trabalha a construção de narrativas.** Ao fazê-lo, orienta os sujeitos das práticas a priorizarem uma **construção coletiva que transforma ‘o que se passou’, ‘o que se viveu’ e ‘o como se viveu’** em um discurso articulado. Com isso, provoca o trânsito das forças potencializadoras de proces-

sos e vivências em direção a esse discurso articulado que expõe significados, promove debates, favorece integração, passa por análises, reinterpretações e construções”.

Nesse percurso, afirma a autora, se realiza um movimento de articulação de saberes e poderes e abertura de espaço para que os indivíduos se autorizem a assumir a palavra e se revelem como sujeitos de linguagem; que se autorizam a articular discursos, afirmando algumas verdades e informando outras, do interior de uma prática social e cultural. Forjam condições para ação e se enunciam em sua historicidade. Nesse sentido, a sistematização é uma busca por articular as muitas vozes e saberes numa narrativa que interprete e dê sentido a uma prática social. Um outro elemento a destacar quanto à sistematização é o seu caráter coletivo de produção de conhecimento, contrapondo-se às bases do processo de produção positivista e cientificista de conhecimento. Busca assegurar uma concepção dialética ao propor a “não separação entre o sujeito e o objeto”, “o reconhecimento de diferentes saberes produzidos destes diferentes lugares”, “o corte da ilusão de neutralidade valorativa do investigador”.

Um dos pressupostos importantes da concepção de

sistematização no campo da educação popular é o que busca assegurar que quem vivenciou a prática tem muito mais condições de produzir conhecimentos sobre a mesma.

A RECID, ao assumir o compromisso com a educação popular crítica, em seu projeto político-pedagógico, também assume a sistematização de experiências. De forma mais explícita, em seu princípio 8º, que fala do processo de educação popular como prática para a liberdade, em sua diretriz 8.2, como segue: **“Garantir e ampliar a reflexão, sistematização e avaliação de práticas educativas populares concretas”.** A **sistematização também aparece na diretriz 6.3: “Criar e utilizar instrumentos coletivos de planejamento, acompanhamento contínuo, registros, sistematização e avaliação dos processos de formação permanente”.**

Na prática, já vivenciamos coletivamente dois amplos processos de sistematização na RECID, sendo o primeiro relativo ao período 2003 a 2006, cujo eixo orientador era perceber as contradições e potencialidades de se realizar educação popular, a partir de um governo do campo democrático popular; o segundo, que correspondeu ao período de 2007 a 2010, cujo objetivo foi o de perguntar qual a contribuição da RECID

para a construção do poder popular, concepção assumida em seu projeto político-pedagógico.

Além do estímulo à qualificação dos registros, a RECID também investiu, nos últimos anos, na escrita das **cartas pedagógicas** como forma de registro e sistematização da prática. Outras sistematizações sobre a prática da RECID também foram sendo produzidas, como o “Sem Cercas e Muros”, uma análise pedagógica das oficinas, organizada a partir do acompanhamento político-pedagógico que fez a equipe pedagógica da RECID/CAMP.

Agora, novamente, como educadores(as) populares, somos desafiados a fazer um novo mergulho na experiência que construímos de 2011 a 2014, orientados(as) pelas seguintes perguntas: **qual a contribuição da RECID para a educação popular? Para a educação em direitos humanos? Para o fortalecimento da organização popular? Para os processos de conquista de políticas públicas e de participação social de grupos econômica, política e socialmente vulneráveis (mulheres, jovens, indígenas, negros(as), populações tradicionais, LGBT etc.)?** São perguntas para as quais, coletivamente, buscaremos respostas, sempre olhando para a experiência que construímos.

Secretaria Geral da
Presidência da República

Secretaria de
Direitos Humanos



EXPEDIENTE – Informativo Recid – Nº 02 – 2014

Colaboraram na redação desta edição: Antônio José Moroni, Coletivo Macro Centro-oeste, Coletivo Macro-Sul, Cris Brites, Fernanda, Gilson Lucena, Marcel Franco Farah, Vera Barreto, Wemerson Costa dos Santo, Willian Bonfim.

Para todos os conteúdos produzidos pela RECID (ou seja, aos que não têm outra referência) atribuí-se a Licença Creative Commons - Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)

Projeto gráfico e diagramação: Veraz Comunicação

Impressão: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Projeto: E-DHESCA, Educação, Cidadania e Direitos Humanos

Conectando redes e saberes

Convênio: 778677/2012